



Processo nº	8.380-1/2022
Interessado	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO
Assunto	Dispõe sobre a reestruturação e o funcionamento da Comissão de Governança de Tecnologia da Informação (CGTI) do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, instituída pela Resolução Normativa 13/2017
Relator Nato	Conselheiro Presidente JOSÉ CARLOS NOVELLI
Sessão de Julgamento	31-5-2022 – Tribunal Pleno

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 9/2022 – TP

Dispõe sobre a reestruturação e o funcionamento da Comissão de Governança de Tecnologia da Informação (CGTI) do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, instituída pela Resolução Normativa 13/2017.

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO, no exercício de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista o que dispõe o artigo 21, inciso XXVIII, e artigo 30, inciso VI, ambos da Resolução nº 14/2007 (Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso) e o artigo 3º da Lei Complementar nº 269/2007 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso);

Considerando a necessidade de reestruturação e o funcionamento da Comissão de Governança de Tecnologia da Informação (CGTI), instituída pela Resolução Normativa 13/2017;

Considerando a necessidade de estabelecimento de objetivos, princípios e diretrizes de governança de tecnologia da informação alinhados às recomendações constantes da norma NBR ISO/IEC 38500/2009 que trata da governança corporativa de tecnologia da informação e às boas práticas do *Control Objectives for Information and Related Technology* (COBIT) e de outros modelos de governança e gestão de tecnologia da informação reconhecidos internacionalmente;

Considerando a Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI), que regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal;



Considerando a Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), e a necessidade de prover a instituição de mecanismos de tratamento e proteção de dados pessoais;

Considerando a Lei 12.965, de 23 de abril de 2014, que estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil e determina as diretrizes para atuação da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios em relação à matéria;

Considerando a Resolução Normativa 8/2022 que dispõe sobre a Política de Segurança da Informação do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso; e,

Considerando a necessidade de reestruturar a Comissão de Governança de Tecnologia da Informação (CGTI), cujas competências estão atreladas aos modelos de governança, gestão e uso de tecnologia da informação do TCE-MT fundamentadas nas melhores práticas;

RESOLVE:

Art. 1º Reestruturar a Comissão de Governança de Tecnologia da Informação do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE-MT) e o seu funcionamento observando os dispositivos legais, regimentais vigentes e modelos adotados como referência pelo Tribunal no exercício do controle externo relativo ao tema.

Parágrafo único. As políticas e normas do TCE-MT que tratam da segurança da informação e do processo de planejamento de tecnologia da informação são integradas e estão harmonizadas com as disposições desta Resolução.

Art. 2º Para os efeitos desta Resolução, entende-se por:

I – tecnologia da informação (TI): ativo estratégico que suporta processos de negócio institucionais, por meio da conjugação de recursos, processos e técnicas utilizados para obter, processar, armazenar, fazer uso e disseminar informações;

II – governança de TI: conjunto de diretrizes, estruturas organizacionais, processos e mecanismos de controle que visam a assegurar que as decisões e ações relativas à gestão e ao uso da TI mantenham-se alinhadas às necessidades institucionais e contribuam para o cumprimento da missão e o alcance das metas organizacionais;

III – solução de TI: conjunto formado por elementos de tecnologia da informação e processos de trabalho que se integram para produzir resultados que atendam às necessidades do Tribunal, classificadas em: controle externo e administrativos.



Art. 3º A Comissão de Governança de Tecnologia da Informação (CGTI) é órgão colegiado de natureza consultiva e de caráter permanente que tem a finalidade de assegurar o alinhamento das práticas de governança, de gestão e de uso de TI com as estratégias de negócio do TCE-MT, observados os seguintes objetivos:

I – contribuir para a sustentabilidade, o cumprimento da missão e da visão institucional do TCE-MT;

II – prover mecanismos de transparência e controle da governança e da gestão da TI;

III – estabelecer diretrizes para o planejamento de TI, assim como para atividades relacionadas ao provimento, à gestão e ao uso de soluções de TI;

IV – definir papéis e responsabilidades dos atores envolvidos na governança e gestão de TI;

V – alocar de forma prioritária recursos para provimento de soluções de TI que sejam estratégicas ao negócio do Tribunal.

Art. 4º A governança, a gestão e o uso de TI são orientadas pelas seguintes diretrizes:

I – alinhamento e vinculação do Planejamento Estratégico de TI ao Planejamento Estratégico do TCE-MT de longo prazo, com a devida vinculação de objetivos, iniciativas, indicadores e metas de TI às estratégias de negócio;

II – otimização dos processos de trabalho e da utilização de recursos de TI pelo TCE-MT;

III – formalização das políticas de segurança da informação;

IV – gerenciamento de risco e plano de continuidade;

V – conformidade com disposições legais e regimentais do TCE-MT bem como as disposições constitucionais, legais vigentes.

Art. 5º A governança, a gestão e o uso de TI são orientadas pelas normas e modelos adotados como referência pelo TCE-MT no exercício do controle externo e pelas normativas vigentes.

Art. 6º São competências da Comissão de Governança de Tecnologia da Informação (CGTI):

I – revisar, atualizar e propor as diretrizes e normas, procedimentos e instruções que regulamentem os princípios e valores existentes na Política de Segurança da Informação, visando à regulamentação e operacionalização das diretrizes;



II – acompanhar e homologar os trabalhos da Comissão Gestora de Segurança da Informação e Privacidade e Proteção de Dados Pessoais;

III – estabelecer as prioridades dos programas institucionais de TI, por meio do alinhamento estratégico das áreas finalísticas, administrativas e acadêmicas com a área de TI, em consonância com o Planejamento Estratégico de longo prazo do TCE-MT;

IV – homologar o Planejamento Estratégico de TI e acompanhar a definição dos indicadores de desempenho de TI, bem como a implementação das ações planejadas e a mensuração dos resultados obtidos e submeter à Presidência;

V – propor a alocação de recursos orçamentários destinados a TI conforme previsto no Planejamento Estratégico de TI;

VI – analisar a integração e alinhamento das contratações de TI aos planos e prioridades institucionais previstas no Planejamento Estratégico de longo prazo;

VII – requerer às unidades gerenciais do TCE-MT informações que considerar relevantes e necessárias à realização de suas atividades;

VIII – coordenar a gestão dos sistemas de informação;

IX – acompanhar as propostas de melhorias e ajustes julgados necessários, informações consolidadas sobre a situação da governança, da gestão e do uso de TI no Tribunal, em especial sobre:

a) os indicadores de desempenho de TI;

b) a gestão de riscos relacionados aos projetos de TI;

c) a capacidade e a disponibilidade de recursos de TI;

Art. 7º Integram a Comissão de Governança de Tecnologia da Informação (CGTI) os seguintes titulares:

I – Conselheiro Presidente;

II – Conselheiro, com indicação facultativa e a critério do presidente;

III – Secretário de Tecnologia da Informação;

IV – Secretário-Geral da Presidência;

V – Secretário-Geral de Controle Externo;

VI – Secretário Executivo de Administração;

VII – Secretário Executivo de Orçamento, Finanças e Contabilidade;

VIII – Encarregado em Proteção de Dados do TCE/MT;

IX – Consultor Jurídico Geral;

X – Dois servidores, com indicação facultativa e a critério do Presidente.

§ 1º Poderão desempenhar as funções institucionais referenciadas no art. 7º os servidores efetivos e/ou comissionados do TCE/MT;



§ 2º A coordenação da Comissão de Governança de Tecnologia da Informação (CGTI) será exercida pelo Conselheiro Presidente e na sua ausência, pelo conselheiro a quem ele designar, na forma do inc. II.

§ 3º Nas ausências e impedimentos legais, os membros da Comissão poderão ser representados pelos respectivos substitutos nas unidades.

§ 4º A Comissão de Governança de Tecnologia da Informação (CGTI) poderá solicitar a convocação de colaboradores e a instituição de grupos de trabalhos, comissões ou comitês, temporários ou permanentes, para auxiliá-la em suas atribuições, atuando sob sua supervisão e coordenação.

§ 5º A convocação dos colaboradores, bem como instituição dos grupos de trabalhos, comissões ou comitês serão realizados pelo Presidente do Tribunal de Contas de Mato Grosso.

Art. 8º As reuniões da CGTI serão convocadas pelo Conselheiro Presidente, de ofício, ou a pedido de qualquer dos membros.

§ 1º Em função da matéria em pauta, o Conselheiro Presidente poderá convidar dirigentes e servidores de outras unidades gerenciais para participar das reuniões.

§ 2º Quando a matéria objeto da deliberação não obtiver unanimidade dos membros da comissão, a decisão será por maioria simples e a proposta será acompanhada dos pareceres divergentes.

Art. 9º Esta Resolução entra em vigência na data de sua publicação, revogando-se a Resolução Normativa 13/2017.

Presidiu a deliberação, em substituição legal, o Conselheiro VALTER ALBANO – Vice-Presidente.

Participaram da deliberação os Conselheiros ANTONIO JOAQUIM, WALDIR JÚLIO TEIS, SÉRGIO RICARDO e GUILHERME ANTONIO MALUF.

Presente, representando o Ministério Público de Contas, o Procurador-geral ALISSON CARVALHO DE ALENCAR.

Publique-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, em Cuiabá, 31 de maio de 2022.



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA-GERAL DO TRIBUNAL PLENO

Telefones: (65) 3613-7602 / 7603 / 7604

e-mail: secretaria@tce.mt.gov.br

(assinaturas digitais disponíveis no endereço eletrônico: www.tce.mt.gov.br)

CONSELHEIRO JOSÉ CARLOS NOVELLI – Relator Nato
Presidente

ALISSON CARVALHO DE ALENCAR
Procurador-geral de Contas